



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12907 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT15 - Educação Especial

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO GT EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA ANÁLISE DE TENDÊNCIAS E DE DESAFIOS (2011 – 2021)

Denise Meyrelles de Jesus - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

Claudio Roberto Baptista - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Katia Regina Moreno Caiado - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPES

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO GT EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA ANÁLISE DE TENDÊNCIAS E DE DESAFIOS (2011 – 2021)

Resumo

O texto tem como objetivo analisar o conhecimento e a pesquisa acadêmica por meio dos estudos apresentados no GT Educação Especial, nas Reuniões Nacionais da Anped, no período 2011-2021. Procurou-se considerar as instituições envolvidas, as temáticas predominantes e as principais tendências. O total de trabalhos envolvidos foi 149, distribuídos em sete reuniões nacionais. O trabalho analítico, com base em sucessivas leituras, permitiu a identificação de eixos predominantes, os quais contemplam dimensões como: escolarização, condição humana, políticas, práticas e formação de professores. Observou-se uma ampla variedade de instituições presentes, com predomínio daquelas oriundas das regiões Sul e Sudeste. Na análise dos eixos, pode-se identificar algumas continuidades em relação a períodos anteriores como: a tendência à valorização dos processos de escolarização no ensino comum e a destacada frequência de trabalhos com alunos com surdez e com deficiência intelectual, como grupos predominantes. Houve ainda um grande número de estudos que se dedicaram a fenômenos mais contextuais e menos centrados nos sujeitos, com suas singulares características. Trata-se de estudos mais atentos aos sistemas, o que se expressa no elevado número de trabalhos envolvendo análise de políticas.

Palavras-chave: Educação Especial, GT15-Anped, Produção Acadêmica.

Durante a 41ª Reunião Nacional da Anped, em Manaus, AM, no ano de 2023, o Grupo de Trabalho sobre a Educação Especial (GT15) completará 32 anos de funcionamento. Dois balanços da produção desse GT já foram apresentados em reuniões anteriores. Em 2002, Júlio R. Ferreira organizou o balanço da primeira década, 1991-2001, (FERREIRA, 2002). Em 2011, Júlio R. Ferreira e José Geraldo Bueno organizaram o balanço da segunda década, 2002-2010, (FERREIRA; BUENO, 2011). Trazemos agora um balanço da última década em que houve sete Reuniões Nacionais (2011 a 2021), uma vez que, a partir de 2015, as Reuniões

Nacionais passaram a ser bienais.

Nosso objetivo é analisar o conhecimento produzido pela pesquisa acadêmica acerca da educação especial, por meio dos estudos apresentados na última década nas Reuniões Nacionais da Anped, GT-15, considerando as instituições envolvidas, as temáticas predominantes e as principais tendências. Uma premissa disparadora estava relacionada ao quanto seria possível identificar, na análise dessa produção da pesquisa acadêmica, indícios de possíveis conexões com importantes alterações que a educação especial brasileira tem evidenciado. Na intenção de produzir um olhar para a produção do GT15 – Educação Especial da Anped, foram considerados 149 trabalhos, distribuídos em sete reuniões.

Realizamos uma revisão sistemática da literatura, tendo como fontes primárias (MOREIRA; CALEFFE, 2008) os trabalhos publicados. Entendemos que esse tipo de estudo, além de promover um balanço importante da produção da área, permitindo compreensão do campo de pesquisa, aponta para processo de sistematização do conhecimento, podendo orientar rumos para futuras investigações.

O primeiro passo foi o de buscar os Anais das referidas reuniões, no repositório da ANPED. Decidiu-se por critério de inclusão ter sido publicado nos ANAIS, excetuando-se os pôsteres e os trabalhos encomendados. Procedemos à leitura sistemática dos resumos e palavras-chave dos 149 trabalhos publicados. A leitura horizontal e vertical dos resumos (BARDIN, 2003) permitiu-nos levantar as temáticas em discussão para, em seguida, organizar o conjunto dos estudos em eixos. Nossa análise aprofundada levou-nos a três eixos de organização e nos possibilitou encontrar a predominância dos assuntos tematizados, quais sejam: políticas, formação de professores e práticas pedagógicas em Educação Especial.

Nossas análises foram de natureza quali-quantitativa, tendo como elementos de descrição/discussão, as instituições produtoras dos estudos, os níveis educacionais focalizados, a condição humana presentificada nos estudos e o pertencimento a cada um dos três eixos principais, bem como a apresentação de temáticas que ilustram os eixos de análise.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

Sobre as Instituições dos Estudos

Ao todo, os 149 trabalhos são oriundos de 56 instituições, sendo mais de 95% delas públicas. Focalizamos, primeiro, aquelas que apresentaram, ao longo da década, um mínimo de três trabalhos. Os dados analisados evidenciam que a distribuição regional de trabalhos se coloca da seguinte forma: Sul (44), Sudeste (42), Nordeste (21), Centro-oeste (14) e Norte (3). Ao incluirmos na análise as instituições com um ou dois trabalhos, não há alteração dessa ordem. Os dados indicam que permanece uma disparidade regional, no que tange à presença de trabalhos na Anped, conforme já observaram Ferreira e Bueno (2011).

Cabem alguns destaques quanto a essa distribuição. A UFRGS esteve presente a todas as reuniões com apresentação de um maior número de trabalhos, seguida pela UFES, USP, UFSM e UFMS, que aparecem de forma constante com número significativo de contribuições. O estudo de Ferreira e Bueno (2011) nos permite observar que àquela época outro conjunto de universidades apresentava os maiores números de trabalhos.

Sobre a Escolarização

Nossa escolha foi organizar os dados considerando, inicialmente, o número de trabalhos que anunciavam o nível, etapa e/ou modalidade educacional em que se desenvolveu a pesquisa. Dentre os 149 trabalhos apresentados, 61 trabalhos (40,93%) focaram um nível escolar. A soma dos trabalhos com foco na Educação Básica foi de 50 trabalhos (35,57%) e no Ensino Superior 11 (5,36%).

A Educação Básica teve trabalhos apresentados nas três etapas: Educação Infantil (8 trabalhos); Ensino Fundamental (29); Ensino Médio (7). As modalidades presentes foram a

Educação de Jovens e Adultos (2 trabalhos); Educação Profissional (1) e a Educação do Campo (3). No Ensino Superior, todas as pesquisas versaram sobre a graduação, com 11 trabalhos.

Destaca-se que um número expressivo de trabalhos, embora não tenha definido na investigação um nível de ensino, ocupou-se com a problematização do espaço escolar.

Sobre a Condição Humana

Nossa opção pelo uso desse conceito – condição humana – para abordar a temática que envolve o público-alvo da educação especial baseia-se na evidência que as últimas décadas têm sido marcadas pela reflexão acadêmica que ressignifica o conceito de deficiência, imprimindo-lhe uma forte dimensão social (DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2009). Considerar a “condição humana” como fenômeno gerador, nos auxilia a valorizar os contextos que produzem as desvantagens frequentemente confundidas com deficiências ou síndromes.

A análise das condições e das características evocadas nos trabalhos mostra que um dos aspectos que mais chama atenção é o amplo número de estudos que não fazem referência a uma condição específica, totalizando 75 trabalhos (50% do total). A indicação de especificidade, predominantemente associada à deficiência, era muito frequente na análise de períodos anteriores, como evidenciaram Ferreira e Bueno (2011). Os autores destacam, ainda, que nesse período foi identificada uma ampliação no número dos estudos envolvendo a surdez como condição, seguida pela deficiência intelectual. Tais ênfases tendem a ser confirmadas quando analisamos o conjunto de trabalhos que apresenta em modo explícito uma condição humana singular. Observamos que a surdez é a condição que predomina numericamente em quatro das sete reuniões analisadas, com um total de 28 trabalhos. A deficiência intelectual emerge como o segundo grupo, com 17 produções. Os estudos que se referiram ao autismo (11 trabalhos), predominam nas reuniões posteriores a 2015. Trata-se de uma dimensão não relatada na análise de períodos anteriores e parece estar em sintonia com o aumento do número desses diagnósticos analisados criticamente em estudos, como o de Frances (2013). A deficiência visual foi indicada em 9 trabalhos, seguida de outras condições como deficiência física, altas habilidades/superdotação, Síndrome de Down e criança hospitalizada.

Sobre Políticas, Práticas Pedagógicas e Formação de Professores

Assim, passamos a nos perguntar sobre quais seriam os temas principais abordados nas pesquisas. Emergiram três eixos temáticos: política educacional; práticas pedagógicas e formação de professores.

Houve maior presença numérica do primeiro eixo, seguido por aquele de práticas e menor acerca da temática formação. São indícios que parecem colocar em evidência uma maior atenção a fenômenos menos centrados nos sujeitos e suas possíveis desvantagens para favorecer uma análise mais contextualizada que tende a ser enfatizada no debate acadêmico e político que envolve os serviços sempre mais vinculados ao ensino comum. Percebe-se que houve mudanças em relação à análise apresentada por Ferreira e Bueno (2011), que referiam sobre o período 1991 a 2001: foram “escassos os trabalhos sobre políticas educacionais” (p. 156) e sobre o período 2002 a 2010, apresentam um cenário no qual eixos que contemplam a escola e a docência representam um percentual de 66% dos trabalhos, enquanto que o eixo “políticas” representava apenas 17%.

A análise do eixo que envolve as políticas de educação especial evidencia que se trata de um conjunto de estudos composto por temáticas variadas, mas que mostram a valorização do conhecimento histórico e da busca de compreensão acerca dos nexos entre a educação especial e as políticas educacionais, em sentido amplo. Nessa direção, encontramos estudos que analisaram a criação do CENESP; a articulação entre as diretrizes da política brasileira e o cenário internacional; a Política Nacional de Educação Especial de 2008 com seus possíveis

desdobramentos e efeitos na gestão pública. Quando consideramos os desafios anunciados como marcas persistentes da educação especial brasileira, encontramos estudos que analisam as questões de financiamento da educação especial, estes em números menos expressivos, assim como as relações entre as dimensões público-privado na história das instituições educacionais.

Houve estudos dedicados a temáticas mais transversais e menos frequentes como a relação entre educação especial e Plano Nacional de Educação, a análise do Programa Benefício de Prestação Continuada e as relações da educação especial com a temática dos movimentos sociais.

Ao considerarmos o eixo Práticas Pedagógicas, entendemos que essas dizem respeito às ações dos sistemas, das escolas e de sala de aula, tendo em vista criar condições de escolarização para os alunos público-alvo da Educação Especial na escola comum. Simultaneamente, alguns estudos evidenciam as dificuldades e desafios para tal.

Dentre as temáticas mais frequentes, aparecem as ações pedagógicas no contexto da sala de aula, muitas vezes, com foco no trabalho docente no ensino comum: colaboração em diferentes articulações; discussões sobre o trabalho nas salas de recursos multifuncionais e ações do atendimento educacional especializado; proposições de práticas organizativas de gestão nos sistemas. Temática mais recente e frequente é a da acessibilidade em suas diferentes perspectivas: tecnologia assistiva e tecnologias da informação em tempos de pandemia.

São frequentes as discussões sobre as propostas bilíngues para educação de surdos em “espaços regulares de ensino” e também os diálogos sobre o seu contraponto e sobre o intérprete de Libras em suas ações na escola.

Avaliação e Educação Especial surge em diferentes acepções: avaliação diagnóstica; avaliação pedagógica e planejamento curricular; noção de produção social das deficiências, considerando os processos avaliativos. Com menor frequência surgem: as práticas pedagógicas na Educação Infantil; a interação escola/família/aluno e em menor evidência as articulações intersetoriais.

Cumpramos destacar um estudo que realiza um balanço sobre Currículo e Educação Especial na produção acadêmica brasileira. Nesse sentido, chamamos atenção para o fato que são poucos os estudos que tangenciam a noção de currículo ao estudarem as práticas pedagógicas.

Formação de Professores

A temática formação de professores teve o menor número de trabalhos apresentados nesta última década. Os enfoques foram sobre a formação inicial para atuação nas Salas de Recursos Multifuncionais com alunos que apresentam diagnósticos de autismo e os surdos. Também se problematizou o estágio supervisionado na formação inicial; a formação do professor surdo; a formação continuada e a formação em serviço, alguns estudos problematizaram as concepções do ser professor de Educação Especial. No âmbito desse debate, destacamos o trabalho encomendado da 40a . Reunião (MICHELS, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No conjunto de estudos, há trabalhos que evidenciaram as seguintes temáticas: o fortalecimento de diretrizes e de normativas que asseguram a inclusão escolar no ensino comum e que valorizam os processos de escolarização; as alterações na configuração dos serviços especializados; as mudanças conceituais relativas à identificação do público-alvo da educação especial, com impactos nos processos diagnósticos e na ampliação do número de alunos identificados como integrantes de algumas condições consideradas “emergentes” na década; as alterações na política educacional, incluindo as ameaças de revisão de diretrizes que marcaram o período 2016-2021, para citar alguns desses possíveis movimentos.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ANAIS das REUNIÕES NACIONAIS – ANPEd. Grupo de trabalho: **GT15-Educação Especial**. Disponível em: . Acesso em: março, 2023.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Traduzido por Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2003.
- DINIZ, Debora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 6, n. 11, p. 64-77, 2009. Disponível em: . Acesso em: março, 2023.
- FERREIRA, J. R. O GT EDUCAÇÃO ESPECIAL: análise da trajetória e da produção apresentada (1991-2001). In: Associação Nacional de Pós- Graduação, 2002, Caxambu. **Anais da 25ª Reunião Nacional da Anped**, Caxambu: ANPED, 2002, p. 1-15. Disponível em: . Acesso em: 01 de março, 2023.
- FERREIRA, J. R.; BUENO, J.G.S. Os 20 anos do GT Educação Especial: gênese, trajetória e consolidação. **Revista Brasileira de Educação Especial**, vol. 17, n. Especial 1, p. 143-170, 2011.
- FRANCES, Allen. **Primo, non curare chi è normale**. Contro l’invenzione delle malattie. Torino: Bollati Boringhieri, 2013.
- MICHELS, M. H. Formação do Professor de Educação Especial no Brasil. In: Associação Nacional de Pós- Graduação, 2021, Belém. **Anais da 40ª Reunião Nacional da Anped**, Belém: ANPED, 2021, p. 1-7. Disponível em: . Acesso em: março, 2023.
- MOREIRA, H., CALEFFE, L. G. **Metodologia de pesquisa para o professor pesquisador**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.